

O PCP PROPÕE

Quem está de assistência aos filhos receba 100%

Quem está em teletrabalho tenha direito a accionar o mecanismo de assistência aos filhos

Alargamento da assistência aos filhos até aos 16 anos

No dia 18 de Fevereiro, estas propostas serão votadas por iniciativa do PCP na Assembleia da República. Já no ano passado levámos estas propostas a votação na Assembleia da República. Mereceram na altura os votos contra de PS, PSD e CDS e a abstenção de Chega e Iniciativa Liberal.

"Teletrabalho é trabalho. Acompanhar um filho, ou mais do que um, é acompanhar um filho. São dimensões distintas."

Jerónimo de Sousa, Secretário-geral do PCP, 5 de Fevereiro de 2021

Aos trabalhadores nunca nada foi dado. O alargamento da indignação e da luta em torno destes problemas será fundamental para a sua resolução. Estamos decididos a não largar este assunto até que estas injustiças sejam corrigidas.

Os trabalhadores sabem que podem contar com o PCP!

Consulta mais informação em: http://bit.ly/teletrabalhocomfilhos

TELETRABALHO

É fundamental garantir condições e direitos aos trabalhadores!

O teletrabalho é um instrumento que, tendo sido utilizado no actual contexto por forças das circunstâncias de saúde pública, há quem queira alargar, "endeusar" e promover como uma remédio para todos os males.

Não está, naturalmente, em causa o aproveitamento das novas tecnologias que devem, sim, estar ao serviço do desenvolvimento e da melhoria das condições de trabalho e de vida. **O que**

está em causa é o aproveitamento por parte das empresas e do capital para criar ilusões e fragilizar os direitos dos trabalhadores.

A quem serve o recurso alargado a este instrumento? Às empresas que agravam a exploração com intensificação do trabalho, com maior pressão para alargamento do período de trabalho, para a disponibilidade permanente, com a dificuldade acrescida de definir, controlar e fiscalizar os tempos de trabalho.

Quem sai efectivamente a ganhar (e a acumular) com tudo isto? As entidades patronais, especialmente as grandes empresas, que reduzem custos e transferem para os trabalhadores custos de instalações, água, electricidade, comunicações, bem como a pressão para o uso de instrumentos de trabalho do trabalhador ao serviço da empresa.

O que quer verdadeiramente o capital?

Fazer caminho para acabar com componentes da remuneração dos trabalhadores (subsídio de refeição e outros prémios e subsídios), seja no imediato ou num mais longo prazo; retirar direitos aos trabalhadores, impondo horários ainda mais desregulados, jornadas continuadas de trabalho, disponibilidade total para o trabalho a qualquer hora.

Dia 25 de Fevereiro, pega na tua máscara e sai à rua!

JORNADA NACIONAL

A luta continua!

DE LUTA DA CGTP-IN Salários, emprego, direitos!

Confiança, determinação e luta por um Portugal com futuro.

25 de Fevereiro, Quinta-feira 15H, Cais do Sodré › Ass. da República

Pretende sacudir responsabilidades que são suas, incluindo em questões de segurança e saúde no trabalho e da protecção de acidentes de trabalho, estabelecendo a confusão entre o que é esfera privada ou de trabalho em condições de teletrabalho no domicílio.

É a invasão da privacidade da vida dos trabalhadores. A confusão entre o espaço de trabalho, o espaço familiar, o espaço pessoal e privado. É o patrão dentro da casa do trabalhador.

Não é o teletrabalho que resolverá um conjunto de problemas laborais sentidos todos os dias - exploração, precariedade, baixos salários, intensos ritmos de trabalho, pressões, desregulação de horários, longas jornadas de trabalho; pelo contrário, poderá sim contribuir para o seu aprofundamento.

Nem resolverá problemas que persistem com transportes públicos – o que importa é o reforço da oferta e da qualidade dos transportes; o desenvolvimento equilibrado do País, o planeamento e ordenamento do território, a fixação das actividades produtivas e da habitação como caminho necessário para reduzir deslocações, poupando tempo e recursos.



Direito a todas as remunerações (salários, abonos e subsídios)

Fornecimento de todos os meios de trabalho (incluindo mobiliário adaptado)

Pagamento suplementar de todas as despesas

Respeito pelos horários de trabalho e pausas

Aumento dos tempos de formação obrigatória

Direito a tempo de plenário sindical

Direito à privacidade (proibição de filmagem

de postos de trabalho em casa) www.pcp.pt/videos/audicao-publica-teletrabalho

-ilusoes-fragilizacao-dos-trabalhadores-garantia-



de-direitos